

ONDA DE DIREITA

Com 46%, Bolsonaro encara Haddad no 2º turno; novatos conservadores derrubam velhos caciques

Na corrida presidencial mais incomum desde a redemocratização, os paulistas Jair Messias Bolsonaro, 63, e Fernando Haddad, 55, irão ao segundo turno e se enfrentarão nas urnas em 28 de outubro. Com 98,9% das urnas apuradas, o deputado pelo PSL fluminense tinha 46,3% dos votos (48.967.306), ante 29% dos votos (30.643.141) do ex-prefeito petista de São Paulo.

A onda de direita impulsionada pelo capitão reformado do Exército nos últimos dias não foi suficiente para que Bolsonaro finalizasse o pleito já neste domingo (7). Vários candidatos a cargos majoritários e ao Legislativo associados ao seu nome, no entanto, tiveram desempenho superior ao projetado.

Haddad passou para a segunda fase amparado principalmente pelos votos do Nordeste, região onde segue forte a influência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu mentor, preso em Curitiba por corrupção e lavagem de dinheiro. Exponentes do partido de esquerda, como Dilma Rousseff e Eduardo Suplicy, foram rejeitados ontem pelas urnas.

Ciro Gomes (PDT), que vendeu-se como alternativa à polarização antibolsonarismo x antipetismo, ficou em terceiro lugar, com 12,5%. Geraldo Alckmin (4,8%) personifica a crise de seu partido, o PSDB, que venceu ou esteve no segundo turno de todas as corridas presidenciais desde 1994 e agora termina em quarto.

Já Marina Silva (1%), terceira colocada nos pleitos de 2010 e 2014, sai da disputa como nanica, atrás de João Amoêdo (2,6%), Cabo Daciolo (1,3%) e Henrique Meirelles (1,2%).

08 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Bolsonaro e Haddad vão disputar 2º turno; país tem onda conservadora

Capitão teve 46%, contra 29% do petista ● Aliados de Bolsonaro têm vitórias pelo Brasil, e seu partido registra crescimento; ● Em SP, Doria e França passam à rodada final ● Caciques são derrotados

SÃO PAULO — Jair Bolsonaro (PSL), 63, e Fernando Haddad (PT), 55, disputarão o segundo turno para presidente, numa eleição marcada por uma forte onda conservadora. O capitão reformado ficou no limiar de vencer no primeiro turno, mas, com quase 99% das urnas apuradas, tinha 46% dos votos, contra 29% do petista.

Aliados dele tiveram expressivas votações em estados como SP, MG, RJ e SC. Seu partido, o PSL, terá ganhos na Câmara dos Deputados e em Assembleias Legislativas. Eduardo Bolsonaro (SP), filho do presidenciável, tornou-se o deputado federal mais votado da história do Brasil.

Bolsonaro triunfou em mais de 98% dos municípios que nas últimas eleições deram vitória a candidatos tucanos, sacramentando sua nova condição de principal expoente do campo antipetista.

Também houve alterações substanciais no Senado, com a derrota de diversos caciques da política. Perderam a eleição, entre outros, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT-MG), os ex-governadores Beto Richa (PSDB-PR) e Mar-

coni Perillo (PSDB-GO) e os atuais senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR).

Em São Paulo, haverá segundo turno entre o ex-prefeito da capital João Doria (PSDB) e o atual governador, Márcio França (PSB), que bateu por margem mínima Paulo Skaf (MDB).

Para o Senado paulista, foram eleitos Major Olímpio (PSL) —outro aliado de Bolsonaro— e Mara Gabrilli (PSDB), deixando de fora Eduardo Suplicy (PT), que vinha liderando as pesquisas.

Houve definição para governador em estados como BA, AL, CE, PB, PR, GO e ES. Haverá necessidade de segundo turno em locais como RJ, MG e RS.

A votação foi marcada por problemas em cidades que estrearam o controle biométrico de identidade, onde houve longas filas para votar. Também houve disseminação de notícias falsas pelas redes sociais, especialmente sobre supostas fraudes em urnas eletrônicas. A presidente do TSE, Rosa Weber, admitiu que a corte ainda está “aprendendo a lidar com fake news”.

08 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Onda Bolsonaro na Assembleia de SP dá votação recorde a Janaina Paschoal

Autora do pedido de impeachment superou 2 milhões de votos e atingiu a maior marca do país

Gabriela Sá Pessoa
e Paulo Saldaña

SÃO PAULO Puxada por Jair Bolsonaro e pelo antipetismo, a professora Janaina Paschoal (PSL) alcançou, na eleição para a Assembleia Legislativa de São Paulo, a maior votação da história entre candidatos para deputado no Brasil — seja estadual ou federal.

Com 2.031.829 votos (e 98,29% das urnas apuradas), Paschoal superou o recorde histórico nas disputas para o legislativo estadual paulista e também bateu o campeão para deputado federal — essa marca foi alcançada neste ano por Eduardo Bolsonaro (PSL), candidato à Câmara federal por São Paulo. Ele atingiu 1.814.443 votos (com 98,29% das urnas apuradas).

Paschoal foi autora do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT) e esteve cotada para ser vice de Bolsonaro. Sua votação em São Paulo foi superior à recebida por candidatos à Presidência, como Cabo Daciolo (Patri), Henrique Meirelles (MDB) e Marina Silva (Rede).

O desempenho de Paschoal foi mais de seis vezes superior que o recorde anterior na eleição para a Assembleia paulista. Em 2014, o tu-

cano Fernando Capez, que já era deputado, liderou a disputa com 306.268 votos.

Com 9,92% dos votos válidos, Paschoal teve quatro vezes mais votos que o segundo colocado na disputa, Arthur Mamãe Falei (DEM), que se notabilizou na internet como militante antipetista e é integrante do MBL (Movimento Brasil Livre). A

Arthur teve 470.606 votos. O PSL, de Bolsonaro e Paschoal, ainda garantiu o quinto candidato mais bem votado. Gil Diniz, autointitulado Carteiro Reaça, obteve 210.439 votos.

Esse fenômeno deve ajudar o PSL a ter a maior bancada na Assembleia a partir do ano que vem — a sigla não tinha nenhum deputado. As cadeiras da Assembleia dependem do cálculo que leva em conta o total de votos recebidos por partidos e legendas.

Advogada criminalista, Janaina Paschoal é professora do Departamento de Direito Penal da São Francisco, a faculdade de direito da USP. Ela foi cotada para assumir a vice-presidência na chapa de Jair Bolsonaro (PSL) e, segundo ela, um dos fatores para não aceitar o convite foi a objeção de sua família, que não queria se mudar para Brasília.

“Eu não tinha ideia de que a população, no geral, tinha ficado tão feliz com o impeachment” afirmou no domingo (7) a agora deputada estadual, após votar em uma universidade na avenida Paulista.

O sucesso individual nas urnas não influencia de imediato o poder que um deputado terá na Casa, que depende muito mais do tamanho da bancada que cada partido elege.

Ocorre que a votação em Janaina Paschoal e em Gil Diniz foi algo excepcional e deve garantir uma estreia robusta ao PSL.

Antes da apuração completa e da definição do coeficiente partidário, técnicos da Assembleia calculavam que o partido de Jair Bolsonaro deveria ganhar cerca de 20 das 94 vagas na Casa. A expectativa é que DEM e PSOL também crescessem e o PT, diminua.

O terceiro mais bem votado foi o deputado Carlos Giannazi (PSOL), que chega à sua quarta legislatura. Já Paschoal, Mamãe Falei e o Carteiro Reaça são estreantes na Casa.

A professora Bebel foi a candidata do PT mais bem votada, com a 33ª melhor votação. Bebel é presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e alcançou 86.116 votos.

CONTINUA

08 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A ascensão dessas duas bancadas tem potencial para mudar a configuração da Casa e da relação com o Palácio dos Bandeirantes. João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB), atual governador e candidato à reeleição, disputam o segundo turno.

A Assembleia Legislativa de São Paulo é comandada, há década e meia, por PSDB, DEM e PT. Tradicionalmente formando as maiores bancadas, esses três partidos controlam a administração da Casa e têm o poder de nomear servidores para cargos de confiança.

A maior força, sempre alinhada com o Bandeirantes, é do PSDB, que ocupa a presidência do Legislativo.

Neste ano, com a chegada do França, o número de deputados estaduais filiados ao PSB cresceu e o superou os parlamentares do DEM como terceira maior bancada.

Colaborou Ana Gabriela Verotti

08 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Com apoio do pai apresentador de TV, Ratinho Junior é eleito governador do PR

Estelita Hass Carazzai

CURITIBA Filho do apresentador Ratinho, o deputado estadual Ratinho Junior (PSD) foi eleito o novo governador do Paraná neste domingo (7), no primeiro turno, com 59% dos votos válidos, segundo a apuração do TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Em segundo lugar, ficou a atual governadora Cida Borghetti (PP), que teve 15%.

Ex-secretário estadual de Desenvolvimento Urbano, Ratinho, 37, fez uma coligação com nove partidos, e se uniu a nomes de fora da política, como o candidato a senador Oriovisto Guimarães, professor e fundador do Grupo Positivo —eleito em primeiro lugar para o cargo, com 29% dos votos.

“É um momento de ruptura política no Brasil”, afirmou Ratinho, após a vitória. “Foi um recado muito forte das urnas, uma mudança de conceito.”

Em um segundo turno, ele declarou apoio a Jair Bolsonaro (PSL).

Eleito deputado aos 21 anos, o pessedista se posicionou como “novo” e criticou a “velha política”. Entre suas promessas, estão enxugar a máquina pública, vender prédios do governo, rever a carga tributária

e investir em energia eólica.

Adversários levantaram suspeitas sobre os veículos de comunicação da família, dona de emissoras de rádio, TV e fazendas, entre outros negócios, no estado.

Em 2012, uma das emissoras foi condenada pela Justiça Eleitoral por favorecer Ratinho Junior, então candidato à Prefeitura de Curitiba. Mas nenhuma decisão semelhante foi tomada neste ano.

Retransmissora do SBT no Paraná, a Rede Massa, de propriedade da família, decidiu não promover o debate entre os candidatos ao governo, para evitar acusações de parcialidade.

A campanha de Junior ainda contou com o incentivo do pai, o apresentador Ratinho —que teve sua participação em comícios restrita pela Justiça Eleitoral.

O TRE entendeu que sua presença estava sendo propagandeada como a de uma celebridade, para atrair público. O candidato recorreu e disse que estavam tentando “crucificar um pai”.

Já Cida, 53, que era vice do ex-governador Beto Richa (PSDB) e assumiu o governo em abril, como a primeira mulher a comandar o Paraná, prometeu investir em se-

gurança, combater a corrupção e fazer novas licitações para os contratos de pedágio, que são investigados pelo Ministério Público Federal por suspeita de desvios.

Ela é mulher do ex-ministro da Saúde Ricardo Barros (PP), candidato à reeleição na Câmara Federal e principal articulador de sua campanha.

Adversários a acusaram de uso da máquina pública e abuso de poder. Uma proposta de benefícios fiscais em setembro, da qual o governo recuou, chegou a ser investigada pela Procuradoria Regional Eleitoral.

Da mesma forma, uma “intervenção” nas empresas de pedágio, anunciada a três dias da eleição, é alvo de apurações do órgão. O governo nega intenção eleitoral.

Tanto Cida quanto Ratinho passaram a campanha tentando se descolar do ex-governador Beto Richa, de quem foram aliados.

O tucano foi preso temporariamente durante a campanha, acusado de desvios em obras públicas —ele nega irregularidades.

Cida rifou o antigo aliado tucano, e pediu a exclusão da candidatura de Beto Richa da chapa. Ratinho disse não ter compromisso com ninguém.

08 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Rosa defende urnas e diz que TSE aprende com fake news

Houve boatos sobre fraude eletrônica; missão da OEA não registrou falhas

BRASÍLIA “Fake news é o assunto do momento e que o TSE está fazendo, o que a Justiça Eleitoral está fazendo em termos de fake news? O que todos nós estamos fazendo. Em um primeiro momento, aprendendo a lidar com fake news”, disse a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Rosa Weber, a jornalista neste domingo (7).

Ela mencionou o conselho consultivo criado para tratar de eleições, com atribuição de desenvolver pesquisas e estudos sobre regras eleitorais e influência da internet no pleito —em especial, o risco das fake news e o uso de robôs.

Além disso, afirmou, o conselho tinha a função de propor ações voltadas ao aperfeiçoamento das normas.

Conforme mostrou a Folha, o conselho não apresentou resultados efetivos no combate à proliferação de notícias falsas até o primeiro turno.

A presidente do TSE voltou a defender a segurança das urnas eletrônicas durante o pleito deste domingo.

“O eleitor brasileiro ao longo de todo esse dia terá assegurada a possibilidade de exercer o seu voto com liberdade, de acordo com sua consciência e de acordo com a sua escolha.”

Ainda assim, durante o domingo, houve diversos boatos de fraudes nas urnas.

O TRE-MG (Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais) teve que divulgar vídeo de um perito desmentindo outro, que mostrava uma urna eletrônica na qual, ao se digitar o número 1, automaticamente apareceria o candidato Fernando Haddad (PT). Segundo o perito, o vídeo é montagem.

A suposta fraude foi alardeada por eleitores de Jair Bolsonaro (PSL), cujo número é o 17.

O filho do presidente, Flavio Bolsonaro, candidato ao Senado pelo PSL-RJ, que também divulgou a suposta fraude em rede social, agradeceu ao TSE pelo retorno.

Segundo Rosa, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal foram acionados para verificar a autenticidade.

O TSE também informou que, até as 17h (horário de Brasília), foram registradas 183 ocorrências de irregularidades, como transporte de eleitores e boca de urna.

Em Maringá (PR), uma mesária foi detida após advertir eleitores de que a urna em que votariam teria votos já computados na memória.

Outros mesários da mesma seção mostraram a zerosima, boletim emitido antes do pleito, que atesta que a urna não continha votos, assinada por todos eles. Como ela insistisse em divulgar a falsa notícia, que acabou nas redes sociais, a Polícia Federal a deteve.

Até as 17h (horário de Brasília), 1.695 urnas eletrônicas tiveram defeitos e foram substituídas, segundo o TSE. O número representa 0,33% do total de 525,9 mil urnas utilizadas no pleito.

A chefe da missão de observação eleitoral da OEA (Organização dos Estados Americanos) e ex-presidente da Costa Rica, Laura Chinchilla, disse que visitas feitas pelo grupo neste domingo não encontraram nenhum indício de vulnerabilidade no sistema de votação eletrônica no Brasil.

“Observamos todas as etapas do processo, em diferentes fases, do transporte à instalação das urnas. E hoje [domingo] estamos observando o funcionamento”, afirmou.

É a primeira vez que a missão, com uma equipe de até 40 pessoas, acompanha as eleições no país. Até as 14h, o grupo havia visitado mais de 80 locais de votação em 12 estados e no Distrito Federal.

Segundo ela, uma das principais preocupações da missão neste ano ocorre em relação ao impacto das fake news.

Para Laura Chinchilla, o problema “não afeta apenas os candidatos à Presidência, porque muitas vezes as campanhas recorrem a isso, mas também a credibilidade das instituições eleitorais.”

CONTINUA

08 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ela elogiou iniciativas criadas para verificar e corrigir notícias falsas. Outros temas observados pela missão, afirma, são as novas regras para financiamento eleitoral e o avanço na participação de mulheres em cargos eletivos.

Um relatório completo sobre as visitas do grupo deve ser divulgado nesta segunda (8). Leticia Casado, Laís Alegretti, Natália Cancian e Reynaldo Turollo Jr.

08 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

TIQUE TAQUE

A oitava turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), responsável pelos processos da Lava Jato em segunda instância, negou por unanimidade uma apelação em que o Ministério Público Federal pedia aumento das condenações de Marcelo Odebrecht e de outros executivos da empresa. Motivo: os procuradores perderam o prazo para recorrer.

É REAL O pedido já havia sido negado pelo juiz Sergio Moro no começo de 2017. Na época, o magistrado justificou que o MPF havia tomado ciência da decisão e que “realmente perdeu o prazo para apelação”.

DEIXA FICAR O desembargador João Pedro Gebran Neto, relator da ação no TRF-4, manteve o entendimento de Moro e não aceitou a apelação. Os outros dois desembargadores da oitava turma seguiram o voto de Gebran.

FOLHA DE S. PAULO 07 OUT 2018

Ela merece respeito

Apesar da tensão com a radicalização da disputa política, a confiança dos brasileiros na democracia nunca foi tão grande; cabe aos candidatos honrá-la

Os brasileiros irão às urnas neste domingo (7) confiantes na democracia que construíram nas três décadas que se seguiram ao oca-so da ditadura militar. Segundo o Datafolha, 69% acham que essa é a melhor forma de governar o país.

A população nunca expressou tanto apreço pelas regras do jogo democrático como agora. Em 1989, quando o Brasil votou para presidente pela primeira vez após o fim do regime autoritário, somente 43% dos eleitores pensavam assim.

Apesar da tensão com o acirramento da disputa política nos últimos dias, o país parece convicto de que realizará sua oitava eleição presidencial seguida em ambiente de plena normalidade democrática.

Estão inscritos 147 milhões de eleitores, o dobro do que havia quando a democracia foi restaurada. Eles são mais instruídos e experientes —portanto, mais capacitados para fazer boas escolhas.

Quem vence governa, quem perde vai para a oposição e tenta de novo depois. Mecanismos de contenção dos abusos de poder funcionam com vigor e independência.

Dois presidentes escolhidos pelo voto popular nesse período foram afastados do cargo antes de concluir seus mandatos, mas nos dois casos a medida drástica foi tomada sem virada de mesa, de acordo com o rito fixado pela Constituição e sob vigilância do Judiciário.

A competição política é intensa em todo o país, com milhares de

candidatos em busca de votos, patrocinados por dezenas de partidos. A imprensa é livre e submete o processo a escrutínio constante.

O líder da corrida presidencial, Jair Bolsonaro (PSL), foi esfaqueado por um opositor quando atravessava a multidão em Juiz de Fora, mas o ato hediondo felizmente não causou mais violência. Investigações indicaram uma ação isolada, e não houve revide.

O capitão reformado lançou suspeitas sobre a segurança do sistema eletrônico de votação, mas suas declarações inconsequentes não produziram efeitos até agora —e foram rebatidas de pronto pelas autoridades encarregadas de zelar pela lisura do processo eleitoral.

As pesquisas mais recentes apontam como cenário mais provável para a disputa presidencial a realização de um segundo turno com os dois mais votados neste domingo.

Uma nova rodada será oportunidade valiosa para que Bolsonaro e o petista Fernando Haddad, apontado pelos institutos de pesquisas como seu adversário mais provável, confrontem programas e se exponham a exame mais rigoroso.

Será também o momento de cobrar dos finalistas comprometimento convincente com o arranjo institucional que sustenta a democracia brasileira, o que exigirá o respeito aos resultados do pleito e o compromisso do vencedor de que agirá para pacificar o país, e não para aprofundar suas divisões.

Toffoli e Rosa dizem que urna eletrônica é segura

BRASÍLIA A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Rosa Weber, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defenderam no sábado (5) a inviolabilidade do sistema da urna eletrônica, que tem sido questionada.

“Nosso sistema eletrônico de votação é ágil, seguro, confiável e, sobretudo, auditável. Há condições de auditar, como já ocorreu, e foi constatado que não houve sequer um caso comprovado de fraude”, disse Weber em evento no tribunal eleitoral.

TIPOTEIO

“O desafio é que o derrotado aceite o resultado. O risco é a ruptura do pacto de civilidade de que a democracia depende”

Do professor Conrado Hübner Mendes, da USP, sobre os desafios e riscos embutidos na eleição mais polarizada da história recente

06 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

DEMÉTRIO MAGNOLI

Fux e as crianças

Imerso em sua arrogância, ministro diz que protegerá os cidadãos

Luiz Fux é um homem de muitos princípios — tantos que seleciona o mais conveniente para cada circunstância. O juiz chegou ao STF quando sugeriu a José Dirceu que absolveria os réus do mensalão (“eu mato no peito”).

Já ministro, entre a lei e a palavra empenhada, optou pela primeira, condenando-os. Mais tarde, empurrou a lei para um bueiro e escolheu o corporativismo, estendendo o auxílio moradia a toda a magistratura. Agora, tritura a Constituição para reinstalar a censura prévia, proibindo a realização e a publicação de entrevistas com o presidiário Lula.

No seu despacho, o principista invoca os limites legais à propaganda eleitoral para justificar seu veto ao trabalho jornalístico, confundindo deliberadamente assuntos desconexos. Ele sabe que viola a lei. Mas o faz porque quer e pode, operando no terreno da desinstitucionalização do país e da anarquia judiciária. A confirmação da liminar fuxiana pelo presidente da corte, Dias Toffoli, acelera a “autofagia” do Supremo (apud ministro Marco Aurélio). Mas, sobretudo, sedimenta um precedente: de direito dos cidadãos, a liberdade de imprensa fica rebaixada à concessão de uma reinventada “Divisão de Censura Federal”, que passa a funcionar clandestinamente no gabinete dos ministros do STF.

O episódio guarda um segredo.

O pedido de liminar oriundo do Partido Novo — uma igreja de auto-intitulados liberais sempre prontos a apelar pelo veto de candidaturas e pela censura à imprensa — foi encaminhado ao presidente do STF, que estava no país, mas desviou-se misteriosamente até o colo de Fux. A decisão do Censor, derrubada por Lewandowski, acabou reimposta por um Toffoli ressurgido da noite escura. A triangulação entre o partido e dois ministros que fazem tabelinha tem os contornos clássicos de uma ação entre amigos. A exposição do segredo é, porém, menos relevante que o exame das bases filosóficas da restaurada censura prévia.

Num artigo recente, publicado pela Revista de Jornalismo ESPM, Eugênio Bucci e Carlos Eduardo Lins da Silva identificaram a emergência do “jusbonapartismo” — o poder bonapartista de um Judiciário que se ergue acima da lei. Eis a chave para decifrar o ato de censura prévia. Fux argumenta que a “relativização excepcional da liberdade de imprensa” (isto é, a censura prévia) destina-se a evitar a “desinformação do eleitor”, a “confusão do eleitorado”.

É direito criativo em estado puro: a fabricação expressa de uma Constituição alternativa. Imerso no lago de sua arrogância, o Censor declara que protegerá os cidadãos de si mesmos. A nação, for-

mada por crianças, será tutelada por um ente de consciência paternal, que é ele mesmo.

Desde o mensalão, o PT clama aos céus pela implantação do “controle social da mídia”. No núcleo do conceito petista, encontra-se a noção de que uma representação da “sociedade” deve exercer a prerrogativa de censura, a fim de preservar os cidadãos indefesos de ideias venenosas propagadas pela “mídia”. Ironicamente, é Fux, esse militante improvável, quem realiza o sonho do partido. Só que no lugar de “conferências” “conselhos” ou “comitês populares” gerados pelo governo (isto é, de fato, pelo Partido), o ministro atribui ao STF o papel de Poder Tutelar.

Num tuíte de agosto, Trump referiu-se do seguinte modo aos jornalistas: “De propósito, eles causam grande divisão e desconfiança. Eles também podem provocar guerra! Eles são muito perigosos e doentes!”. O arco do “controle social da mídia” abrange correntes ultranacionalistas de direita nos EUA e na Europa e regimes autoritários de esquerda, como os de Cuba e da Venezuela. No Brasil, funciona como ponto de encontro do lulismo (“mídia golpista”) com o bolsonarismo (“mídia vermelha”). Fux, o Censor, não proíbe a entrevista de Lula por divergir do lulismo, mas por concordar doutrinariamente com ele.

06 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

A proposta de uma nova Assembleia Constituinte se justifica?

LUCIANO GODOY

Advogado, professor da FGV Direito São Paulo e ex-juiz federal; mestre e doutor em direito pela USP

Não Proposta inoportuna e inconstitucional

É insustentável abandonar a atual Constituição

No aniversário de 30 anos da Constituição de 1988, é possível concluir que são inoportunas as propostas de elaboração de uma nova Carta, como as que têm surgido durante a campanha eleitoral. Não há, por ora, nem esperamos que haja, nenhum rompimento da ordem que justifique tal medida; este debate neste momento não presta um bom serviço à construção da nossa democracia.

Mais do que isso: do ponto de vista do atual sistema jurídico brasileiro, é insustentável o abandono da atual Constituição para a adoção de uma nova — seja por meio de uma Assembleia Constituinte ou pela convocação de um plebiscito para aprovação de um texto de notáveis.

Nosso sistema vigente já prevê um regime de alterações ao texto constitucional por meio de emendas, observadas as limitações das cláusulas pétreas, que não podem ser modificadas. A atual Carta é rígida, mas possui flexibilidade para ser emendada com quórum de 60% em duas votações em cada Casa do Congresso. Esse sistema trouxe resiliência ao texto, como escreveu o professor Os-

car Vilhena nesta Folha no domingo passado (30). A Constituição de 1988 resistiu ao tempo, aos governos, às crises econômicas e aos impeachments de dois presidentes da República. Isso só foi possível, justamente, porque ela foi emendada várias vezes, acompanhando a evolução da sociedade.

Tivemos mais de cem emendas atualizando o texto sobre Previdência, sistema de Justiça, tributação, sistema eleitoral, a alteração de diversos marcos econômicos, precatórios etc. Se o texto é analítico, pode e deve ser atualizado.

O uso responsável do poder de emendar a Constituição é suficiente para os atores políticos atuais — de todos os matizes — exercerem seus mandatos de forma democrática. O presidente da República pode encaminhar ao Parlamento suas propostas, que serão devidamente apreciadas no rito já previsto.

Eventualmente, serão também analisadas também pelo STF, guardião e intérprete do texto, com o “monopólio da última palavra” sobre o direito nacional.

Esse é o jogo democrático.

Lembremos que a atual Carta também encerrou um período antedemocrático de 21 anos e foi produzida por uma Assembleia Constituinte. O núcleo do texto constitucional traz a configuração do Estado, formas de exercício de governo e limites da atividade governamental. E, o mais importante, estabelece os direitos e as garantias individuais para os cidadãos, bem como direitos sociais relevantes. Já temos, portanto, os instrumentos legais para conduzir o desenvolvimento do país. Juridicamente, é inoportuno aposentar a atual Constituição.

Temos, no momento, duas sugestões. Uma vem no programa de governo do candidato Fernando Haddad, que defende um novo processo constituinte, com a eleição direta de membros exclusivos para confecção de um novo texto que solucione impasses, como a crise de representação política.

A outra partiu do general Hamilton Mourão, candidato a vice-presidente de Jair Bolsonaro. Segundo ele, o novo texto deve ser elaborado por uma comissão de notáveis e, depois, ser submetido a um plebiscito. As duas propostas carecem de fundamento jurídico e de oportunidade. Nenhum governo precisa de uma Constituinte para implementar suas políticas.

Em resumo, não devemos, não podemos e não precisamos caminhar para o ambiente de insegurança que resultaria de um novo e inconstitucional processo constituinte.

O momento pede a confirmação da autoridade da atual Constituição.

CONTINUA

06 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CARLOS CASTRO

Advogado, presidente da Comissão Especial de Advocacia em Estatais do Conselho Federal da OAB e ex-presidente da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal (Advocef)

Sim Acúmulo de problemas estruturais requer medida

Remendar Carta à exaustão não tem funcionado

A Constituição de 1988 chegou aos 30 anos nesta semana como uma verdadeira colcha de retalhos. Já foram aprovadas mais de cem emendas e estão no Congresso centenas de projetos que visam a alterar a Carta. Toda essa variedade de modificações, no entanto, não tornou o sistema jurídico mais organizado ou menos problemático.

A Constituição Cidadã inseriu o Brasil na modernidade democrática após o obscuro período da ditadura militar. Foram diversos avanços, com destaque para os sociais. Várias idiosincrasias institucionais justificam, porém, ajustes para preservar a ordem jurídica democrática.

A Constituinte específica é necessária porque são numerosas e muito significantes as reformas estruturais a serem feitas. O procedimento nos últimos anos foi o de remendar a Carta à exaustão. Com isso, temos contradições jurídicas e mais problemas para inundar o Judiciário. Além disso, superar os entraves que emperram o país depende de eliminar benefícios da classe política. Só uma

Constituinte independente, com integrantes eleitos pelo voto direto unicamente para essa finalidade, pode atacar esses problemas.

Debater e modificar a estrutura política significa revisar a pertinência das emendas parlamentares (muitas vezes usadas como ponte para a corrupção), do atual número de deputados e senadores, do fundo partidário e do financiamento público das campanhas com dinheiro que falta à saúde, à educação e à segurança. Acabar com o modelo que favorece o uso indevido da máquina pública depende também de definir as condições ou a proibição para que parlamentares se tornem ministros ou secretários de Estado.

A nova Constituição deve incluir entre os princípios da administração pública, direta e indireta, a proibição da livre nomeação para a maioria dos cargos de confiança, fazendo com que essas vagas sejam ocupadas por servidores concursados e qualificados para um trabalho de excelência. É preciso defender o Estado e o patrimônio público, que é

da população brasileira.

Urge ainda uma ampla reforma do Poder Judiciário, definindo claramente seu papel, estrutura, poderes, deveres e obrigações, não mais permitindo que a punição aplicada aos magistrados que cometem desvios sejam as fartas aposentadorias. O mesmo processo também se aplica ao Ministério Público.

Não se pode deixar de falar na reforma tributária. Ela deve ser justa para o cidadão e trazer equilíbrio financeiro aos estados e aos municípios, falidos há muito tempo, em situação que afronta diretamente o pacto federativo. A União tem sido a grande vilã dessa lamentável história.

Esses são apenas alguns dos temas, variados e complexos, que precisam ser resolvidos para destravar o Brasil. Tentar fazer isso pelo processo legislativo ordinário não tem dado certo. Muito pelo contrário: tem tornado o país ainda mais problemático do ponto de vista jurídico e também econômico, uma vez que as incertezas são crescentes.

Numa simples análise, concluímos que a revisão constitucional deverá reorganizar os Poderes da República e as estruturas das unidades federativas, além de redefinir competências. Será incumbida ainda de reestruturar os sistemas político-partidário, financeiro e tributário, equilibrando as contas públicas e reabrindo o debate sobre as necessárias reformas trabalhista, sindical e previdenciária.

É preciso preparar a reforma constitucional para breve, sob pena de o país se tornar ainda mais inviável.

06 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Urna eletrônica chega à 12ª eleição no país sob ataque inédito

Jair Bolsonaro levantou a possibilidade de fraude com o uso do equipamento; TSE garante segurança do sistema

Raphael Hernandes

SÃO PAULO Nesta eleição, além de registrar os candidatos escolhidos pelos eleitores, a urna eletrônica encara uma outra luta: ganhar votos, de confiança, para si própria.

Em seu 12º pleito no Brasil, a máquina de votar se vê envolvida num duelo entre os que defendem a segurança do equipamento e os que acreditam em fraude. No meio disso, está a discussão de volta para o voto impresso.

Nos últimos meses, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) garantiu reiteradamente que o sistema é devidamente protegido contra eventuais ataques e tentativas de corrupção do resultado da votação. Entre os argumentos, cita que, em 22 anos de urna eletrônica, nunca foi detectada fraude.

São ainda elencadas medidas de defesa adotadas. Entre as barreiras estão a biometria, uma votação paralela que testa urnas aleatórias, criptografia, os testes públicos de segurança da urna e a ausência de conexão com a internet —o que eliminaria as chances de uma ofensiva remota.

O código-fonte (conjunto de letras e símbolos que dizem ao sistema como ele deve funcionar) dos equipamentos fica disponível por seis meses, antes da eleição, para inspeção de partidos e de especialistas.

A gravação desse código em cartões e a instalação deles nas máquinas de votar são feitas em cerimônias públicas, que podem ser acompanhadas por qualquer cidadão.

No processo, as urnas são lacradas. Com isso, uma adulteração —seja acoplando um aparelho externo a ela ou modificando seus cartões de memória —não poderia ser feita sem a violação do lacre, o que revelaria a tentativa de fraude. Nesse caso, um juiz eleitoral analisa a situação e pode até anular os votos da seção.

A lista de medidas contra eventuais ataques, que tem outros itens, não impediu o presidente Jair Bolsonaro (PSL) de, em 16 de setembro, divulgar vídeo em que colocava em dúvida a lisura do processo eleitoral.

Assim, cresceu a discussão sobre a capacidade da urna de garantir um pleito íntegro.

Na reforma da legislação eleitoral de 2015, Bolsonaro propôs uma emenda que instituiu a impressão do voto na eleição. Em junho, a emenda foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal e não estará em vigor nas eleições, inclusive em 2018, pelo menos até ter o mérito julgado pela corte.

O candidato, seus apoiadores e especialistas em segurança digital defendem essa medida como forma de auditar os resultados e garantir mais transparência ao processo.

Funcionaria assim: além de registrar o voto no sistema, a urna imprimiria e exibiria para o eleitor checar, por trás de uma proteção, um papel com a informação coletada. Esse registro ficaria armazenado para posterior auditoria —a pessoa não o levaria para casa.

Se os votos guardados nos papéis batessem com os do registro digital, ou seja, os anotados pelo sistema da máquina, ótimo. Caso contrário, seria um indicativo de fraude.

Para o TSE, o processo atual é suficientemente seguro. A impressão, diz, acabaria por torná-lo mais vulnerável, por ser mais suscetível a fraudes. O tribunal cita ainda a possibilidade de complicações como problemas na impressora e o fato de o canhoto não ser acessível a deficientes visuais.

As eleições podem ser auditadas a pedido do Ministério Público, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ou dos partidos. Em 2014, o PSDB pediu uma auditoria nas urnas após o então candidato Aécio Neves ser derrotado no pleito presidencial. Não foram encontradas fraudes.

Entre os 556 mil equipamentos que serão usados na eleição, estão sete modelos diferentes da máquina, que tem vida útil de até 12 anos. Todos foram fabricados pela americana Diebold, seguindo especificações técnicas do TSE.

CONTINUA

06 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino, a evolução constante a que a urna está submetida ajuda a garantir a segurança do pleito.

“Seria muito fácil [hoje] atacar a urna de 1996. Nosso desafio é estar sempre na frente.”

Para isso, desde 2009, o TSE promove os TPS (Testes Públicos de Segurança), eventos em que profissionais de segurança da informação tentam encontrar defeitos nas defesas da urna e depois as relatam.

Diego Aranha, professor da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, defende o voto impresso para dar transparência à eleição. Segundo ele, as vulnerabilidades da urna oferecem risco, mas isso não significa que necessariamente se tornem fraude na prática.

“Para isso acontecer, vale a lógica econômica do custo/benefício para o fraudador, que torço para ser mais benéfica na tradicional compra de votos e mesários para votar por eleitores faltosos.”

06 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

30 anos da Constituição

Se o pacto democrático romper neste momento, temo que a polarização não favoreça o acordo para um novo pacto ("Constituição, 30", Editoriais, 4/10). Por mais que nossa democracia não seja uma democracia de fato, ela ainda é melhor do que qualquer ruptura democrática. Nós não podemos jogar a criança fora junto com a água do banho. Ou então, ficaremos condenados a refazer o acordo sem nunca conseguir efetivá-lo.

Iury Almeida e Belchior
(Campo Belo, MG)

STF e o pedido de entrevista

Parabéns à Folha pela coragem neste episódio de cerceamento da liberdade da imprensa. Enquanto alguns pensam em cancelar a assinatura do jornal, episódios como esse me incentivam a continuar como assinante.

Artur Augusto Prates Piccoli Jr.
(Porto Alegre, RS)

TIROTEIO

“Sem liberdade de voto e de expressão não há democracia. Valer-se da posição de patrão para induzir os empregados é ilegal”

De Ronaldo Fleury, procurador-geral do Trabalho, sobre as denúncias de que empresários pressionam funcionários a votar em Bolsonaro

06 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria denuncia 16 sob suspeita de esquema de propina na CEF e no FI-FGTS

Fábio Fabrini

BRASÍLIA O MPF (Ministério Público Federal) em Brasília denunciou nesta sexta (5) os ex-presidentes da Câmara Eduardo Cunha (RJ) e os ex-ministros Geddel Vieira Lima (BA) e Henrique Eduardo Alves (RN), todos do MDB, além de empresários, servidores públicos e operadores do mercado, por envolvimento em suposto esquema de corrupção para liberar investimentos da Caixa Econômica Federal a grandes empresas.

Os casos foram investigados nas operações Sépsis e Cui Bono, da Procuradoria da República no Distrito Federal. Os acusados devem responder por corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro. Os investigadores pedem, no total, multa e reparação de danos acima de R\$ 3 bilhões.

Empregados da Caixa, ligados aos emedebistas, seriam os responsáveis por repassar informações privilegiadas aos políticos e operadores financeiros sobre os projetos. Caberia a eles também agir internamente para beneficiar as empresas pleiteantes ou influenciar as decisões dos comitês da Caixa ou do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Os políticos, segundo o MPF, recebiam as informações privilegiadas e, assim, cobravam propinas dos empresários para que seus aliados na Caixa destravassem aportes financeiros. Os recursos teriam sido pagos em espécie ou por meio de notas fiscais frias emitidas pelas empresas corruptoras a firmas do esquema.

Os crimes denunciados foram delatados pelo ex-vice-presidente da Caixa Fábio Cleto e o corretor Lúcio Bolo-

nha Funaro, apontados como operadores do MDB em casos de corrupção, além de executivos da JBS. Além de Geddel, Cunha, e Alves, foram denunciadas 13 pessoas, entre as quais o ex-vice da Caixa Roberto Derziê de Sant'anna, ligado ao presidente Michel Temer.

O presidente e seus aliados já foram denunciados por integrar uma organização criminosa que desviava recursos de vários órgãos, inclusive a Caixa. No caso de Temer, no entanto, o processo foi suspenso pela Câmara até que ele encerre seu mandato.

Em colaboração, Funaro afirmou que as propinas eram calculadas com base num percentual sobre o valor liberado, em geral 3%. A distribuição desses recursos era feita na proporção de 50% para Geddel, 30% para Cunha e 20% para ele.

O advogado de Cunha, Délio Lins e Silva, disse em nota que a acusação desta sexta "não passa de um remendo da Operação Sépsis, trazendo apenas fatos requeitados, com acusações baseadas em palavras de delatores, desacompanhadas de quaisquer elementos de prova".

Marcelo Leal, que representa Alves, não se manifestou, justificando que ainda não leu as denúncias. A defesa de Geddel não respondeu a contato da Folha.

A J&F disse em nota que o MPF não ofereceu denúncia contra Joesley Batista em obediência ao acordo de colaboração firmado com a PGR e homologado pelo STF.

Já a Caixa disse que as informações são repassadas às autoridades policiais. O banco disse que coopera integralmente com as investigações.

08 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Publicada lei que permite acúmulo de honorários por advogado

Foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (5/4) a Lei 13.725, que altera o Estatuto de Advocacia, permitindo que advogados de sindicatos e associações possam receber, cumulativamente, os honorários contratados com a entidade que representam e os honorários de sucumbência assistenciais, devidos pela parte vencida ao vencedor da causa.

A lei adéqua o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil ao novo Código de Processo Civil e à reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). Além disso,

põe fim a uma jurisprudência da Justiça do Trabalho que impedia o recebimento de honorários assistenciais no caso de advogados que representam sindicatos, uma vez que eles já recebiam por contrato.

Para mudar essa situação, o deputado Rogério Rosso (PSD-DF) apresentou o projeto de lei, de forma a deixar claro que os honorários são devidos ao advogado da parte vencedora. “Os honorários assistenciais possuem idêntica natureza dos honorários sucumbenciais fixados nos moldes do Código de Processo Civil [Lei 13.105/15],

sendo devido pelo vencido ao advogado vencedor da causa”, defendeu.

Para viabilizar o recebimento cumulativo dos honorários contratuais e de sucumbência assistenciais, o projeto altera o Estatuto da Advocacia e revoga dispositivo da Lei 5.584/1970.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, comemorou a aprovação do projeto, que agora se tornou lei: “A aprovação elimina controvérsia nascida a partir da aprovação da reforma trabalhista com as normas de Direito Processual do Trabalho.

08 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Constituição de 88 garantiu autonomia do Ministério Público, diz PGR

No aniversário de 30 anos da Constituição, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, destacou na sexta-feira a importância da Carta de 1988 para garantir a independência do Ministério Público no desempenho de suas funções, em especial a busca pela garantia da dignidade humana.

“É uma Constituição que coloca a defesa de direitos humanos na centralidade de todas as suas normas. Normas que criaram instituições fortes, dentre elas o Ministério Público”, afirmou Raquel Dodge durante evento na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília.

A procuradora-geral da República acrescentou que “o Ministério Público criado pela Constituição de 1988 é independente, e seus membros têm garantias, não só para si próprios, mas para que possamos defender as normas de nossa Constituição, como a dignidade humana, a liberdade, a competitividade”.

A PGR destacou que o Ministério Público, assim como o Supremo Tribunal Federal (STF), é guardião da Constituição. Para simbolizar esse dever, ela apresentou uma cópia do texto original da Carta de 1988, produzida pela Câmara dos Deputados, e que será mantida na sede do MPF.

06 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

MIGUEL REALE JÚNIOR

Entre les deux mon coeur ne balance pas

A delação de Antônio Palocci traz o lado negro do PT para o centro do palco, às vésperas da eleição, lembrando, em visão por dentro, o relatado nas delações da Odebrecht e outras. Mas a descrição shakespeariana de Lula desviado, no primeiro andar do Palácio do Planalto, tendo sonhos mirabolantes com o pré-sal, comandando, como chefe de quadrilha do Estado criminoso, o esquartejamento da Petrobrás na compra de navios sonda, é patético. Não havia terreno santificado, tudo era conspurcado: emendas legislativas, medidas provisórias, resoluções de agências reguladoras.

O assalto era bem organizado, dirigido do centro do poder, havendo, portanto, todas as garantias de impunidade. Grande parte do dinheiro desviado era drenada para campanhas eleitorais, estando Lula e Dilma sempre cientes dos malfeitos e dos destinos dos dinheiros sujos.

Lula, já condenado pelo recebimento de vantagens e ocultação de bens, pretexto, de dentro do cárcere, inocência, já negada em análise pormenorizada do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, responde por processos ainda mais graves, como o do sítio, o relativo à compra dos caças, o do terreno do Instituto Lula. Dilma, afastada por impeachment como causadora da desgraça da nossa economia, levando o País à maior recessão da nossa História com maquiagem das contas públicas e um desajuste fiscal estrondoso, responsabilizada pelo TCU pela compra da refinaria de Pasadena, foi presidente da Petrobrás e ministra de Minas e Energia no período de rapinagem da

Dilema: tanto Bolsonaro como Haddad podem levar à quebra da ordem constitucional

companhia. Para muitos, no entanto, isso não importa! Não há argumentos para a torcida organizada do PT.

Assim, alguns artistas e intelectuais, bem como parcela da população, fazem-se de cegos e conseguem alimentar revoltante relativismo ético: a roubalheira do PT, de Lula e de Dilma não é reprovável, não é crime, é perseguição, é golpe. Jamais reconheceram, como caberia, o cometimento de um erro sequer. Vitimizam-se, apenas.

E agora, mesmo condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, Lula ainda é ungido por alguns, que não se dão conta de estar o País nesta situação graças à sua ganância de dinheiro e de poder, criador do Estado criminoso e da corrupção sistêmica, orientando desastrosamente a economia no sentido do consumo e da desoneração, linha levada a exageros por sua sucessora. Corrupção e aparelhamento da máquina do Estado destruíram o País, e tudo se passa como se o corrupto condenado, lá atrás das grades em Curitiba, e Dilma nada tivessem que ver com isso.

Lula, preso, fala por seu boneco de ventríloquo, que precisa ir à prisão para saber o que fazer em liberdade e propõe, no aniversário de 30 anos da Constituição, uma Constituinte autônoma, ou seja, fora das instituições, como se brotasse do nada homens dirigidos como ele pelo mago da prisão para inverter a ordem constitucional.

Com Haddad estaremos em insegurança política e jurídica. O PT quer voltar ao poder sem fazer o devido mea-culpa pelos graves erros cometidos, com direito, portanto, a repeti-los, ansiosos os seus dirigentes por se autoabsolverem.

Do outro lado, um ex-capitão, deputado por sete mandatos, sempre membro do baixo clero, jamais relatou projeto de relevo ou fez discurso importante. Mas conseguiu encarnar, por falta de modernidade de comunicação dos demais, a bandeira do antipetismo. Esse deputado inexpressivo, tratado como mito, expressa a garantia de segurança e de ordem numa sociedade desorientada, sequiosa de ver valer o reconhecimento da seriedade, desprezado ao longo do tempo por boa parcela da classe política.

Ao longo de sua carreira, Bolsonaro elogiou a tortura, homenageou o torturador coronel Ustra. Agora transformou tripé de fotografia em metralhadora, dizendo que iria fuzilar os petralhas. Nunca disse, contudo, algo em prol dos valores da democracia e das conquistas em benefício dos direitos da pessoa humana. Só se interessa por explorar os sentimentos de vingança de uma sociedade atingida pelo medo da criminalidade. Na cama hospitalar, ao fazer sinal de carabina, até se aproxima de Mao Tsé-tung, para quem o poder nasce do cano do fuzil. Não tem relações sociais ou políticas: é um *outsider*, um antissistema, que não depende de condenado preso, mas de um posto Ipiranga. Sem densidade, despreza a pluralidade própria do nosso mundo. Vê a sociedade como um quartel.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

06 OUT 2018

Seu candidato a vice propõe caminho alternativo de mudança constitucional, pela via da criação de comissão de juristas para elaboração de texto a ser submetido a plebiscito, aliás, instrumento a que sempre recorreram ditadores, como Mussolini, Pinochet, Chávez, Fidel Castro. Estaremos em insegurança política e jurídica.

Ambos os candidatos são opções não democráticas, que podem levar à quebra da ordem constitucional.

Ao lado de pessoas comuns, do movimento #Extremosnão, apartidárias, dedicadas a ter um País livre do radicalismo, tentei unificar as candidaturas do centro democrático, mas a tentativa bateu na trave, em história a ser contada um dia. Perdeu-se a chance de pacificar o País! O que resta, então?

Seria mais fácil começar a pensar numa escolha, posto o compromisso absoluto de preservar a Constituição, se 1) Haddad deixasse de ser prisioneiro do preso e jurasse não interferir nas apurações da Lava Jato, não conceder indulto, graça ou cargos a apaniguados processados ou condenados, bem como recriminasse a Venezuela e outras ditaduras; 2) Bolsonaro, que saiu da caserna, mas esta não saiu dele, viesse a jurar respeitar a pluralidade e a democracia que se constrói pelo diálogo com o Congresso Nacional e com a sociedade em sua rica diversidade, bem como se renegasse a tortura e armar a população como formas enganadoras de prover a segurança pública.

Como nenhum dos dois fará o que se sugere, resta o dilema...

●
ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
SÊNIOR DA FACULDADE DE
DIREITO DA USP, MEMBRO DA
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

06 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

JOÃO DOMINGOS

Constituição ameaçada

Estado democrático de direito

foi testado inúmeras vezes.

Continuará a sê-lo. Resistirá?

Ao longo de seus 30 anos, completados ontem, a Constituição brasileira e seus valores democráticos foram testados um sem número de vezes. Dos quatro presidentes da República eleitos pelo voto popular de 1989 para cá, dois – Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff – responderam a processo de impeachment e tiveram os mandatos cassados. O então líder do governo Dilma, Delcídio Amaral, foi preso no exercício do mandato, por suspeita de obstrução aos trabalhos da Justiça. O ex-presidente Lula, o mais popular líder vivo do País, está preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Uma legião de seguidores tentou impedir que a ordem de prisão fosse cumprida.

Do lado oposto, o deputado Jair Bolsonaro (PSL) sofria em Juiz de Fora (MG) um atentado à faca que o tirou fisicamente da campanha. A Polícia Federal foi acionada, iniciou suas investigações, tirou suas conclusões, indicou o autor do atentado, Adélio Bispo, na Lei de Segurança Nacional, uma lei remanescente da ditadura militar, e a vida seguiu seu curso. Apesar das crises, o estado democrático de direito não sofreu abalos significativos.

O próximo presidente da República, é praticamente certo, será ou Jair Bolsonaro ou Fernando Haddad (PT). Vença quem vencer, a Constituição continuará a ser testada. Ambos já manifestaram o desejo de substituí-la. Ou, no mínimo, de emendá-la com mais força do que as atuais 105 emendas (99 emendas normais e seis de revisão, prevista pela própria Carta para quando fizesse cinco anos). O vice de Bolsonaro, general Hamilton Mourão, defende a ideia de que uma comissão de notáveis faça uma nova Constituição, em substituição à atual. O programa de governo do PT fala na convocação de uma Constituinte que teria como finalidade “restabelecer o equilíbrio entre os Poderes da República e assegurar a retomada do desenvolvimento, a garantia de direitos e as trans-

formações necessárias ao País”. Cobrado por Ciro Gomes (PDT), no debate da TV Record, Fernando Haddad respondeu que a ideia é “modernizar o texto, deixá-lo mais enxuto e refazer o sistema tributário que penaliza gravemente os mais pobres, além de reafirmar os direitos estabelecidos pela atual Constituição”.

Se é para reafirmar os direitos da Constituição de 1988, por que não deixá-los lá, como estão? Por si só se reafirmam. O PT costuma defender a ideia de convocação de uma Constituinte, às vezes exclusiva para fazer a reforma política, às vezes exclusiva para outra coisa. É quase que uma ideia fixa. Como é uma ideia fixa dos petistas a criação de um controle social da mídia, tentado desde o primeiro governo de Lula, sem êxito. Em outras palavras, censura prévia ao conteúdo do noticiário jornalístico, o que é vedado pela Constituição.

Do lado de Bolsonaro, além da Constituição a ser feita por notáveis, mais enxuta, menor e mais atual, conforme as palavras do general Mourão, vislumbra-se um cenário estranho pela frente, caso ele vença a eleição. O deputado do PSL já disse que reduzirá o número de ministérios e que, em vez de os entregar para aliados políticos, chamará generais para ocupá-los.

Imagine-se a seguinte situação: um ministro general de determinada área necessita que o Congresso aprove uma lei para que ele possa tomar tal e tal iniciativa. O Congresso rejeita a lei. O que esse ministro fará? Não se sentirá tentado a uma medida mais forte para coagir o Congresso a fazer o que ele quer? Ou, então, imagine-se que o governo, como um todo, espera que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida contrário a uma dessas inúmeras ações que provocam rombos bilionários ao Tesouro e a Corte faça o contrário. O que Bolsonaro e seus generais vão fazer em relação ao STF? Vão deixar tudo por isso mesmo? Esse é o cenário que se vislumbra.

06 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Gilmar manda soltar irmão de Beto Richa

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, mandou soltar o ex-secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná Pepe Richa, irmão do ex-governador e candidato ao Senado Beto Richa (PSDB). A decisão beneficia ainda outros sete presos na Operação Lava Jato 55, detidos em 26 de setembro. Pepe Richa havia sido preso temporariamente. No sábado passado, o juiz federal Paulo Sérgio Ribeiro, da 23.^a Vara Federal de Curitiba, converteu a custódia temporária em preventiva (por tempo indeterminado).

Corregedor pede a juizes para evitar manifestação

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, emitiu ontem uma recomendação pedindo aos magistrados brasileiros que se abstenham de participar de manifestações públicas ou de emitir posições político-partidárias em redes sociais, entrevistas, artigos ou por qualquer outro meio de comunicação de massa, durante as eleições. O objetivo é resguardar a imagem da magistratura.

06 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Toffoli e Barroso voltam a criticar ideia de nova Constituinte

Presidente do Supremo diz que não se pode 'refundar o Estado a todo momento'; quatro ministros já se opuseram

*Amanda Pupo
Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA*

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, disse ontem que não se pode "estar refundando o Estado a todo momento", ao criticar a possibilidade de uma nova Constituinte. O comentário foi feito em entrevista ao programa *Artigo 5*, que seria veiculado na noite de ontem na TV Justiça.

"A Constituição de 88 se permitiu ser modernizada, porque o Brasil teve um histórico de rupturas e essas rupturas sempre demandando novas constituições. E fazer uma Constituinte é refundar o Estado. Nós não podemos estar refundando o Estado a todo momento", disse.

Toffoli é o quarto ministro do STF que vem a público nesta semana criticar a proposta de uma Assembleia Constituinte para alterar a Constituição. A proposta vem sendo discutida pelas campanhas dos candidatos à Presi-

dência Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT).

O programa de governo de Haddad afirma que "para assegurar as conquistas da Constituição de 1988", "será necessário um novo processo Constituinte". Também prevê que desde o início da sua gestão será elaborado "um amplo roteiro de debates sobre os grandes temas nacionais e sobre o formato da Constituinte".

O vice na chapa de Bolsonaro, o general da reserva Hamilton Mourão (PRTB), por sua vez, já disse que o País precisaria de uma nova Constituição, mais enxuta e focada em "princípios e valores imutáveis", mas não necessariamente por meio de uma assembleia Constituinte. Para Mourão, o processo ideal envolveria uma comissão de notáveis.

Ontem, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou em evento no Rio que considera "muito ruim" a convocação de uma nova Constituição no atual cenário político. "Considero muito ruim se desperdiçar o capital político desta Constituição e se convocar uma nova Constituição", disse Barroso, ressaltando que "dificilmente sairá alguma coisa melhor".

Os ministros Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes também já se opuseram à ideia.

07 OUT 2018

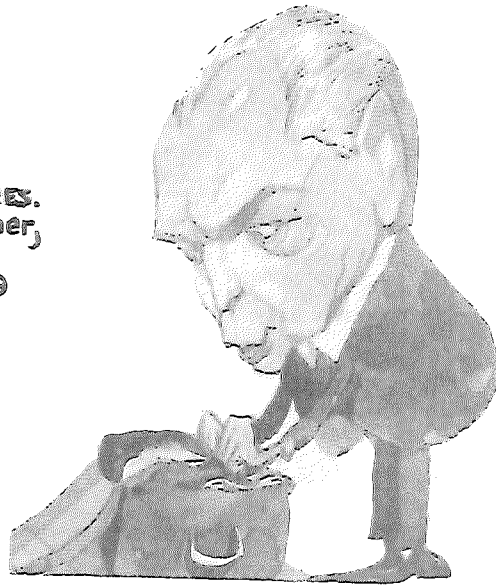
O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Um dia após eleito, novo presidente já pode nomear

No dia seguinte à sua eleição, o novo presidente da República já sentirá as benesses do poder. Ele terá o direito de indicar, por livre escolha, 50 pessoas para a sua equipe de transição, com salários que vão de R\$ 2,5 mil a R\$ 16,5 mil. A maioria dos cargos, 25 deles, é de R\$ 9,9 mil. Os valores mais altos, de R\$ 16,2 mil e R\$ 16,5 mil, preenchem cinco vagas. Os gastos com os salários da equipe de transição podem chegar a R\$ 986 mil, considerando novembro e dezembro. Ao contrário da equipe, o presidente eleito hoje ou no dia 28 só terá direito a salário em 1.º de janeiro.

● SINAIS
PARTICULARES.
Michel Temer,
presidente
da República



08 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Previdência e governabilidade

É perturbador que um dos mais graves problemas com os quais o próximo presidente da República terá de lidar – o déficit da Previdência – não tenha sido tratado às claras pela maioria dos candidatos ao Palácio do Planalto, especialmente por aqueles que estiveram à frente nas pesquisas de intenção de voto. Por meio de declarações vagas ou optando pelo silêncio, os candidatos sonegaram à Nação uma informação vital sobre o futuro do País, qual seja: como pretendiam conter a escalada do rombo nas contas da Previdência.

Ignorar a existência de um problema ou tratá-lo à socapa não tem o condão de, como num passe de mágica, fazê-lo sumir ou se tornar menos grave do que, de fato, é. No ano passado, convém lembrar, o rombo no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) foi de R\$ 182 bilhões, 21,5% maior do que em 2016. Já o déficit do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende os servidores públicos, foi de R\$ 86 bilhões em 2017, 12% maior do que no ano anterior. Não é necessário muito esforço para concluir que, caso nada seja feito, os resultados do próximo ano serão ainda piores e o próximo governo tende à paralisia. Hoje, mais da metade do Orçamento da União – 56% – é consumida por despesas com pensões e aposentadorias.

De modo geral, quase todos os candidatos reconheceram a

necessidade de uma reforma da Previdência, ainda que uns ainda vocalizassem o delírio do “superávit”. Entretanto, não deram detalhes de como pretendiam tratar da questão. A enorme impopularidade do tema prevaleceu sobre a franqueza dos candidatos no curso do debate eleitoral.

É sabido que o Brasil perdeu a oportunidade do chamado bônus demográfico para reformar o sistema previdenciário sem maiores sobressaltos. Segundo dados do IBGE, a participação dos brasileiros em idade ativa (de 15 a 64 anos) vem caindo substancialmente em relação à população total do País. É cada vez mais estreita, portanto, a janela de oportunidade para que seja feita uma transição mais suave para as novas regras de concessão de pensões e aposentadorias.

Tal é a urgência do tema que o presidente Michel Temer se dispôs a trabalhar com seu sucessor e mesmo com as forças derrotadas no pleito para aprovar algum tipo de reforma da Previdência ainda neste ano, especialmente no que concerne à redefinição da idade mínima para aposentadoria e à unificação dos regimes previdenciários dos servidores públicos e da iniciativa privada.

A proposta que tramita no Congresso Nacional – e que provavelmente teria sido aprovada no ano passado não fosse a grave crise política desencadeada pelas duas denúncias ineptas apresentadas pela Procuradoria-Geral da República

contra o presidente Michel Temer – prevê idades mínimas iniciais de 53 anos para a aposentadoria das mulheres e de 55 anos para a dos homens. Ao longo de duas décadas, os limites avançam até chegar a 62 e 65 anos, respectivamente. Mas especialistas acreditam que o estágio atual das contas da Previdência não suporta mais uma transição tão longa. “O ponto de partida em 53 e 55 anos é muito baixo para a urgência que o País enfrenta”, avalia Pedro Fernando Nery, consultor do Senado. “Sem uma reforma, é o caos. O atual regime não para em pé”, disse Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Ibpe/FGV.

Sete dos nove principais candidatos à Presidência concordavam com a fixação de novas idades mínimas e com a necessidade de unificação do RGPS e do RPPS, mas não informaram à sociedade como e quando pretendiam fazer isso.

Não é exagero afirmar que, a ser mantido o atual estado das contas públicas, o próximo presidente da República terá pouquíssima liberdade para gerir o Orçamento e implementar quaisquer que sejam as propostas contidas em seu plano de governo. Os candidatos tinham a obrigação de informar à Nação como pretendiam solucionar o grave problema do déficit da Previdência. Se mantida daqui para a frente, a omissão observada na campanha eleitoral haverá de inviabilizar o futuro governo e trazer severas consequências ao País.

06 OUT 2018
07 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

CCR questiona na Justiça decreto de intervenção RodoNorte questiona intervenção na Justiça

Letícia Fucuchima
Folhapress

São Paulo - A RodoNorte, controlada da CCR, entrou na noite de quinta-feira (4) com uma medida judicial questionando o decreto de intervenção publicado pelo governo do Paraná. A medida de intervenção nas concessionárias do anel viário paranaense - envolvendo seis empresas, entre elas a RodoNorte e duas da EcoRodovias (Ecovia e Ecocataratas) - foi recomendada pela Controladoria e pela Procuradoria Geral do Estado após análise de fatos apurados pela Operação Integração II, uma das fases da Lava Jato, que investiga suposto esquema de corrupção envolvendo as concessionárias, agentes públicos e políticos.

A investigação aponta ainda para um possível repasse de valores ilícitos no Tribunal de Contas do Estado e também para deputados que integraram a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios, na Assembleia Legislativa.

Com a intervenção decretada na manhã de quinta-feira (4), oficiais da reserva da Polícia Militar (PM) passarão a trabalhar dentro das con-

cessionárias de forma a impedir a continuidade de atos considerados ilegais ou irregulares. De acordo com a RodoNorte, o interventor nomeado pelo Estado se apresentou na sede da empresa na manhã de sexta-feira (5).

Em nota, a empresa afirma que se mantém à disposição das autoridades. Reitera ainda que "o fornecimento de dados relativos à administração do contrato, ponto central do decreto, já ocorre regularmente, o que inclui a apresentação das medições de fluxo de tráfego em todo o trecho da rodovia, dados sobre investimentos e todas as demais ações da concessionária".

Ainda conforme a concessionária, as exigências contratuais nunca foram descumpridas, mesmo com as recorrentes alterações feitas pelo poder concedente no cronograma de investimentos.

A intervenção nas concessionárias vale por 180 dias, com possibilidade de prorrogação. O secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Abelardo Lupion, explicou que as intervenções servirão para facilitar o acesso de autoridades aos documentos das empresas e contribuir para as investigações.

CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR

Constituição, 07 OUT 2018

democracia e eleições

Até aqui chegamos! Comemoramos 30 anos da Constituição cidadã com uma democracia balzaquiana que acolhe, na eleição de domingo (7), o mais amplo espectro ideológico partidário, da esquerda à direita, inclusive os discursos extremados nas pontas. Sob essa perspectiva não há como negar que a democracia vai bem. Ela alberga a pluralidade e permite que as ideias, as mais diversas, concorram livremente para obter a aceitação do eleitor, o soberano e legítimo fiador dos próximos mandatos.

Constituição, democracia e eleições são conceitos que caminham intimamente relacionados. A disputa política, a alternância de poder e a regularidade do exercício dos mandatos somente encontram legitimidade sob o lastro democrático. São as regras democráticas que conferem aos cidadãos a possibilidade de regular os conflitos sociais de forma institucional, evitando a barbárie e a violência. Elas proporcionam, ademais, que o Estado - nos Poderes constituídos - atue nos limites legais, confirmando os princípios que marcam a estrutura do Estado de direito. Não há democracia fora do Estado de direito, e este só se mantém sob a égide e o respeito à Constituição.

O desmoronamento de uma democracia tem início quando o desrespeito aos preceitos constitucionais são patrocinados no varejo, sob a sutileza de narrativas que visam a selecionar um valor social específico em detrimento aos demais (superioridade axiológica), ou a determinar o fim a que todos devem se submeter (superioridade epistemológica). O totalitarismo sempre navegou nessas águas turvas. É por isso que o grande desafio da democracia está em assegurar no mesmo denominador comum a correlação entre soberania popular e direitos fundamentais. E para isso não devemos, jamais, desviar o olhar da Constituição.

Tal como no episódio de Ulisses, para não sucumbir ao canto da sereias, a Constituição deve estar amarrada ao mastro do barco. A nossa liberdade estará preservada enquanto a Constituição continuar

sendo o norte a nos livrar de tragédias e de cantos apelativos que enfeitiçam, sobretudo, as redes sociais. Lamentavelmente, a sedução das sereias é muito forte e seu canto soa de forma quase irresistível. O eleitor irá as urnas sabendo que à sua volta pululam sereias, cantos e encantamentos.

As sereias seduzem quando os paladinos da Justiça promovem interpretações elásticas na Constituição a ponto de distorcê-la, ou ainda, a pretexto de atingir a determinados fins, impõem decisões que vão além das raiais da legalidade. É um deleite, para muitos, quando a Justiça cede espaço aos justiceiros que interferem no processo eleitoral com suas operações espetaculosas. O mesmo ocorre quando políticos se empenham em conquistar o poder dentro das regras

do jogo democrático, mas negam a todo momento as decisões judiciais que lhes são desfavoráveis, delas se beneficiando apenas para inferir que são vítimas. Não menos grave são manifestações no espaço público que clamam, à luz do dia, pelo extermínio de opositores e flertam sem pudor com posturas antidemocráticas, a ponto de não se contentarem apenas em desamarrar a Constituição do mastro, mas insistem em cortar o próprio mastro da embarcação. E marinheiros que somos, alguns se deliciam alucinados sob o canto das sereias, enquanto o barco se aproxima, cada vez mais, das rochas pontiagudas.

Outros, desacreditados e surdos ao canto das sereias, se desesperam diante da tragédia anunciada.

As eleições constituem momento ímpar a decidir o futuro do País. Que o único som possível de ser ouvido neste domingo seja o da urna eletrônica confirmando uma escolha autônoma, racional e responsável.

E não custa lembrar! Não são apenas os nossos adversários políticos que estão no barco. Nele estamos todos nós. E como dizem os mais jovens: juntos e misturados.

CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR,
professor de Ética e Filosofia Política na
Universidade Estadual de Londrina



*A disputa política,
a alternância de
poder e a regularidade
do exercício dos
mandatos somente
encontram
legitimidade sob o
lastro democrático*

06 OUT 2018

07 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Quase 8 milhões de eleitores devem ir às urnas neste domingo no Paraná

Maioria do eleitorado é do sexo feminino e ensino médio completo; mais de 450 candidatos concorrem à Câmara e cerca de 760 busca vagas na AL

Reportagem Local

O Paraná tem quase 8 milhões de eleitores aptos a votar nas eleições deste domingo (7), segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O perfil padrão do eleitor paranaense é do sexo feminino (53,92%), entre 25 e 44 anos (40,24%) e com ensino médio completo (25,74%). São 4.178.327 eleitoras e 3.791.939 eleitores, totalizando 7.971.083 votantes no Estado. Londrina, segundo maior colégio eleitoral do Paraná, atrás apenas de

Curitiba, tem 372.008 eleitores distribuídos em quatro zonas eleitorais com 138 locais de votação. Todo esse contingente vai às urnas para eleger um entre dez candidatos e seus respectivos vices ao governo, dois entre 14 candidatos ao Senado, um entre quase 450 postulantes a deputado federal e um entre mais de 760 concorrentes a deputado estadual. Além, é claro, do presidente da República. Vale lembrar que são 54 cadeiras para a Assembleia Legislativa e apenas 30 vagas paranaenses para a Câmara dos Deputa-

dos. O site da FOLHA traz guia especial das Eleições 2018 com informações sobre locais de votação e dicas para montar a "colinha" com os candidatos de preferência de cada leitor.

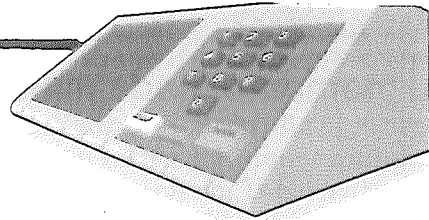
CONTINUA

06 OUT 2018 FOLHA DE LONDRINA 07 OUT 2018

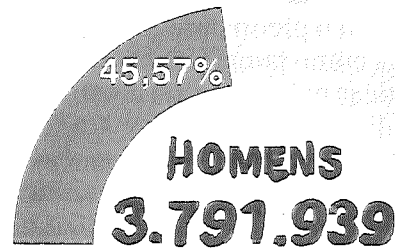
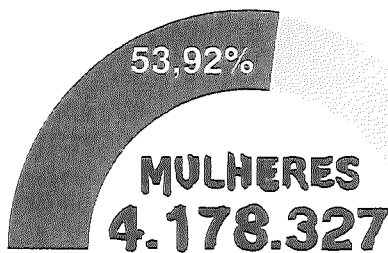
CONTINUAÇÃO

CONFIRA

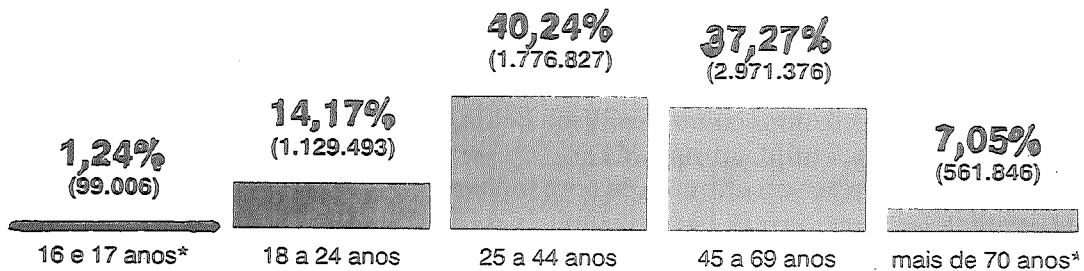
Perfil do eleitor paranaense



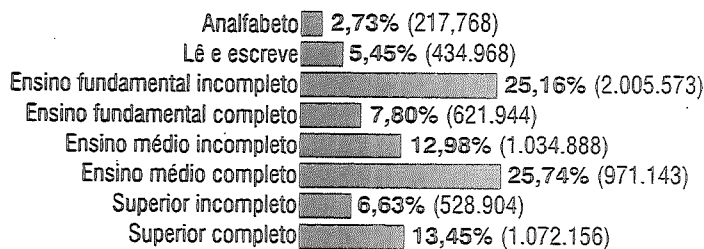
7.971.083 eleitores aptos a votar



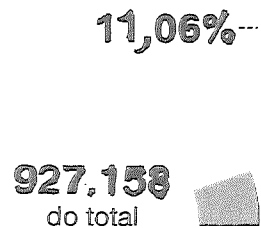
☒ Faixa etária



☒ Escolaridade



☒ Eleitores filiados a partidos



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

*voto não é obrigatório
Folha Arte

MILITÃO

●● O voto eletrônico foi instalado no Brasil no pleito municipal de 1996 e somente em capitais e cidades com mais de 200 mil habitantes. Mas a partir de 2000, em todo o País.

06 OUT 2018

07 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Supremo Tribunal Federal

O ministro Luís Roberto Barroso colocou “lenha na fogueira” ao denunciar que há gabinetes de ministros que entregam senha para políticos que estão sofrendo condenação para serem libertados. A temperatura neste tribunal está alta. Com esta denúncia resta claro o que toda população brasileira já tem conhecimento, qual seja: que há ministros que soltam condenados mediante um simples Habeas Corpus sem analisar a conduta e tipo de crime cometido pelo parlamentar ou diretor de empresa estatal. Lamentável que o maior tribunal da América do Sul tenha pessoas com esse tipo de comportamento, em que a população fica desacreditada do Poder Judiciário, e com absoluta razão.

CARLOS HENRIQUE SCHIEFER (advogado) - Londrina

08 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

TSE está aprendendo a 'lidar com fake news'

Leticia Casado e
Laís Alegretti
Folhapress

São Paulo - A presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministra Rosa Weber, disse neste domingo (7) que a corte está aprendendo a lidar com fake news (notícias falsas disseminadas na internet e em redes sociais). "Fake news é o assunto do momento e que o TSE está fazendo, o que a Justiça Eleitoral está fazendo em termos de fake news? O que todos nós estamos fazendo. Em um primeiro momento, aprendendo a lidar com fake news. E este primeiro momento ainda com antessala, que foi compreender o que é fake news", disse Rosa a jornalistas.

Ela mencionou que o tribunal criou um conselho consultivo para tratar de eleições, com atribuição de desenvolver pesquisas e estudos sobre regras eleitorais e influência da internet no pleito - em especial, o risco das fake news e o uso de robôs na disseminação das informações. Além disso, afirmou, o conselho tinha a função de propor ações voltadas ao aperfeiçoamento das normas.

"Em junho, o TSE passou a firmar acordos de colaboração com partidos políticos para a manutenção de um ambiente eleitoral imune à disseminação de notícias falsas nessas nossas eleições. Apenas quatro partidos políticos não firmaram: PCO, PT, PTC e PSTU", disse. E acrescentou que especialistas em marketing político firmaram termo de compromisso com TSE comprometendo-se a colaborar com a

corte para colaborar com ambiente imune a disseminação de notícias falsas. Além disso, houve um seminário internacional sobre o tema.

"O TSE não está fazendo nada? Não, Ele está fazendo. Ele está entendendo o fenômeno, que não é de fácil compreensão, não é de fácil prevenção", afirmou.

O conselho não apresentou resultados efetivos no combate à proliferação de notícias falsas até o primeiro turno desta eleição. O grupo, criado em dezembro, no fim do período de presidência do ministro Gilmar Mendes, tornou-se a bandeira da gestão do ministro Luiz Fux, sucessor de Mendes no comando da corte. Ele permaneceu à frente do tribunal de fevereiro a agosto de 2018, quando Rosa assumiu o cargo. Eleição transcorreu de forma tranquila, diz TRE

PARANÁ

A eleição ocorreu de forma "tranquila e normal" no Paraná, disse o presidente do TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná), desembargador Luiz Taro Oyama, em coletiva de imprensa no fim da tarde deste domingo (7). Ao lado de Jean Leeck, juiz membro da corte, e Gilmar de Deus, secretário de informática, ele comentou as denúncias de defeitos nas urnas eletrônicas e acusações de fraudes que viralizaram nas redes sociais, que chamaram de "fake news".

Segundo Leeck, o tribunal não havia registrado nenhuma constatação inequívoca destas ocorrências até o fechamento

das urnas. O juiz garantiu que todos os casos que tiverem sido devidamente registrados junto a mesários ou em boletins de ocorrência serão averiguados em conjunto com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o Ministério Público, entidades sociais e partidos. Já as denúncias feitas exclusivamente por redes sociais serão descartadas. Em todo o estado, 60 urnas haviam sido trocadas por efeitos diversos.

Mais de 9.000 policiais trabalharam na segurança da eleição. O pleito teve 64 ocorrências de boca de urna, 78 casos de distribuição de santinhos, 9 casos de compra de voto, uma ocorrência não identificada e 24 crimes comuns. (Colaboraram Guilherme Marconi e Rafael Costa/Reportagem Local)

EGON BOCKMANN MOREIRA

As Constituições envelhecem?

A ideia que hoje temos de Constituição surgiu há pouco mais de 200 anos. Até então, a humanidade viveu, bem ou mal, na ausência dela. O Estado com regras constitucionais é algo de novo em nossa vida, portanto. Mas o que isso significa? Como o nome já diz, as Constituições dão existência, constituem determinado Estado: aquele que é criado pelo Direito e a ele se submete integralmente. Como são normas tão especiais, somente deveriam tratar de assuntos indispensáveis: estrutura e competências de seus órgãos supremos, lado a lado com os direitos fundamentais de seus habitantes. Por isso, também, a decisão política de gerar o Estado se submete a rito legislativo diferenciado, exercitado por Assembleia Constituinte eleita democraticamente.

Em vista dessa característica fundadora, quando as Constituições nasceram — nos Estados Unidos da América, em 1787, e na França, em 1791 —, tinham a pretensão da eternidade. Afinal, criavam Estados que não surgiam para acabar no dia seguinte. As Constituições ocupar-se-iam apenas do fundamental, em alguns poucos artigos. A lógica era a de que haveria o constituinte originário e, depois dele, a vida seguiria com preocupações menores, infraconstitucionais. Não é devido a um acaso, portanto, que as demais leis são chamadas de “ordinárias” (banais, que se repetem continuamente). Esse era o futuro constitucional cogitado nos séculos 18 e 19.

Todavia, a promessa não se cumpriu. Exceção feita à norte-americana, não se tem notícia de outra Constituição que tenha persistido. A francesa, por exemplo, durou pouco, eis que sucedida pela de 1793. No constitucionalismo brasileiro, a história é rica em demonstrar a precariedade do eterno: a Carta Imperial de 1824 foi suspensa pela revolução de 1889 e revogada pela Constituição de 1891 — que, ao seu tempo, foi suspensa pela Revolução de 1930. Daí sobrevieram a Constituição de 1934; a Carta de

1937; a Constituição de 1946, posta em xeque pelo Ato Institucional de 1964; a Constituição de 1967; a Emenda Constitucional 1/1969 (que revogou toda a anterior) e, finalmente, a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.

Muita coisa mudou desde então, eis que o transcurso do tempo correspondeu ao aumento das preocupações constituintes. Existe uma proporção entre a narrativa das necessidades humanas e aquela dos assuntos constitucionais. Os séculos 18 e 19 eram bem mais simples do que o 20 e o 21, convenhamos. Um só tema, o mais importante de todos, demonstra a tese: no alvorecer das Constituições, os direitos humanos eram aqueles típicos do Estado liberal, a inibir a ação dos poderes públicos. A Carta Imperial de 1824 trazia dispositivos sobre “as garantias dos direitos civis e políticos” só no último artigo, o 179, com seus 35 incisos. Isso ao contrário da atual, que desde o preâmbulo trata de direitos fundamentais, intensificando-os logo no artigo 5.º e seus 78 incisos (além dos quatro parágrafos, com norma de acolhimento a tratados e convenções internacionais). Pensemos também nos direitos sociais, nos do trabalhador, nos econômicos, nos ambientais — todos a constituir a razão de existir do nosso Estado de Direito. Peculiaridade que cresceu e se multiplicou em todos os temas constitucionais.

CONTINUA

06 OUT 2018

07 OUT 2018

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

06 OUT 2018

07 OUT 2018

Em euforia devido ao fim do regime autoritário civil-militar, o constituinte brasileiro foi bastante criativo ao expandir o conteúdo e o alcance da norma constitucional. A Lei Fundamental foi assumida como compositora de destinos, tambor de todos os ritmos.

Constatação que talvez explique o tamanho — e, por que não, a beleza — da nossa Constituição: são 250 artigos, acrescidos de 114 no assim dito Ato das Disposições Transitórias (isto sem falar nas subdivisões de cada um dos artigos, em incisos, alíneas e parágrafos). Muitas matérias, a maioria dos quais sem nada a ver com o núcleo duro da ideia originária. Tantos artigos a demandar as correspondentes leis ordinárias, em movimentos nem sempre precisos. A Constituição brasileira é essa, a revelar nossas complexidades, nosso multiculturalismo dinâmico e a necessidade de sermos inventivos para que ela permaneça contínua. Este é o nosso retrato e precisamos aprender a gostar dele.

Como não poderia deixar de ser, alguns desses dispositivos não resistiram ao teste do tempo. Criada para persistir, a Constituição brasileira foi objeto de 99 emendas, além das seis emendas da revisão de 1994. A tais modificações formais no texto da Lei Fundamental, somem-se as mutações materiais em sua interpretação. Esta centena de modificações causa revolta em alguns — e, igualmente, má compreensão de sua razão

de ser. Mas isso é belo também. Bem vistas as coisas, talvez seja justamente essa legitimação dinâmica que a mantenha viva.

Afinal de contas, não estamos no século 18, em que o tempo demorava a transcorrer e por isso tudo parecia eternamente igual. Hoje, a Constituição tem movimentos precisos e não pode ser vista como algo estático, que torne as gerações futuras reféns das escolhas dos constituintes originários. Ela não é imune ao tempo, mas dele adquire conhecimento. A Lei Fundamental precisa dispor de capacidade de aprendizagem com os fatos da vida, a fim de se adaptar às exigências do presente e se manter viva no futuro. Existe um processo constituinte em curso perene, a rejuvenescer a Constituição.

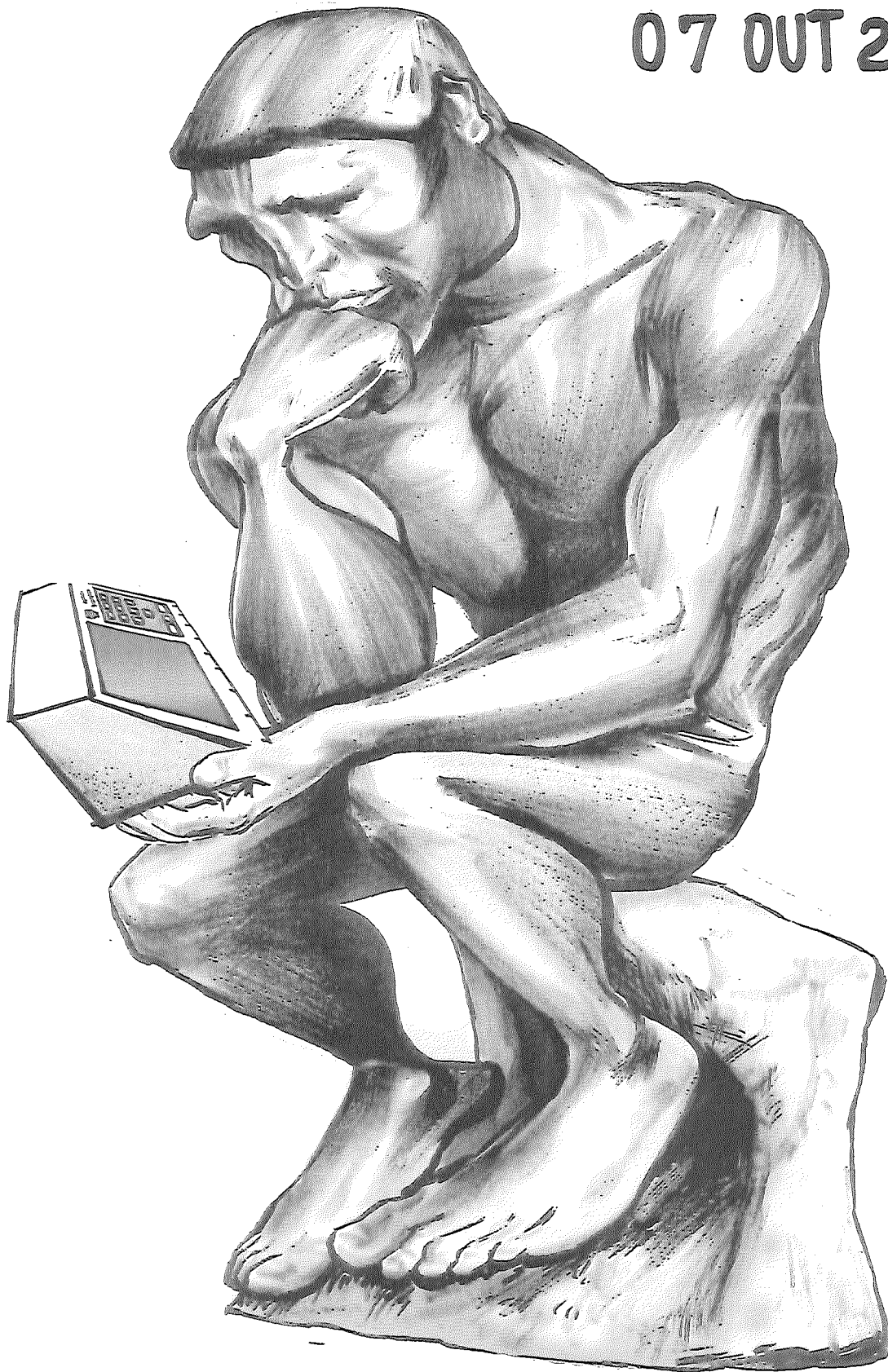
Por isso a Constituição hoje em vigor não é aquela de 1988, mas a Constituição do Brasil atual, que tenta entender os nossos desafios e está disposta a ser aplicada com máxima intensidade nos temas mais sensíveis da vida cotidiana. Existe outro nível de vínculo, a reunir a Constituição e o futuro que não para de chegar. Para se manter jovem, felizmente a Constituição precisa envelhecer mais ainda. ●

GAZETA DO POVO

PAIXÃO

06 OUT 2018

07 OUT 2018

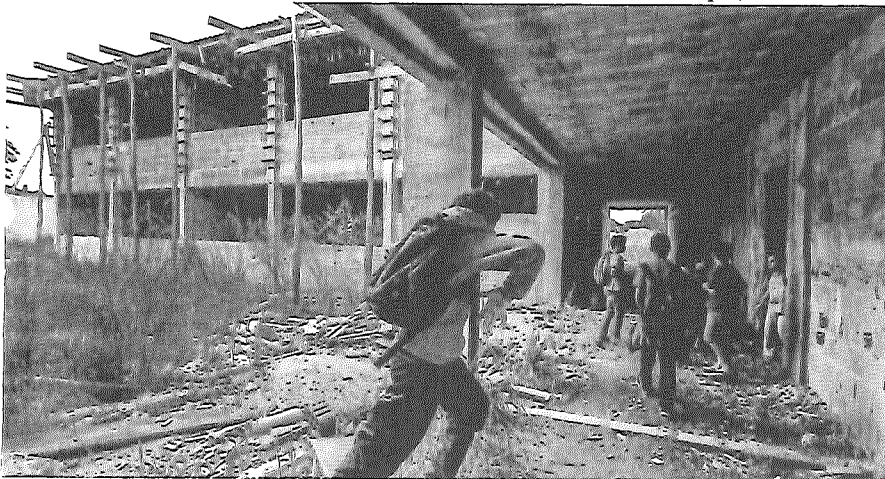


Y

QUADRO NEGRO

Richa, Plauto e Rossoni são denunciados

Jonathan Campos/ Gazeta do Povo



● O Ministério Público do Estado do Paraná protocolou na segunda-feira (1.º) uma ação civil contra 13 agentes públicos por ato de improbidade administrativa no âmbito da Operação Quadro Negro, que investiga desvio de verbas de construção e reformas em escolas. Entre os alvos estão o ex-governador Beto Richa (PSDB), o deputado estadual Plauto Miró (DEM) e o deputado federal Valdir Rossoni (PSDB), além de Maurício Fanini, ex-diretor da Secretaria da Educação, da Valor Construtora e do próprio estado. O órgão pede ainda a devolução de quase R\$ 5 milhões aos cofres públicos. O MP já havia protocolado ação civil contra sete pessoas em 2017 e o objetivo da nova ação é ressarcir o valor de aditivos contratuais firmados entre a Secretaria de Educação do Paraná (Seed) e a construtora Valor, vencedora da licitação para a realização das obras, em 2014.

PALOCCI

Moro levanta sigilo de delação; PT reclama

● Na segunda-feira (1.º), o juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato no Paraná, quebrou o sigilo de parte da colaboração premiada firmada pelo ex-ministro Antonio Palocci com a Polícia Federal. Moro incluiu as informações delatadas por Palocci na ação penal do Instituto Lula. Ele relata uma reunião no Palácio do Planalto com a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva na qual, segundo diz, teria sido acertado o pagamento de R\$ 40 milhões em propina para a campanha de Dilma Rousseff em 2010. Ela estaria presente. No dia seguinte, o PT entrou com uma reclamação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o juiz federal. Para o PT, a divulgação parcial da delação tem sido amplamente divulgada pela mídia e influencia a opinião pública a poucos dias do primeiro turno da eleição presidencial. Na reclamação, o PT destaca que Moro postergou a data de interrogatórios do ex-presidente e outros réus na ação do sítio de Atibaia para novembro, para evitar a "exploração eleitoral dos interrogatórios".

Decisão do TSE pode mudar apuração no Paraná

● O ministro Jorge Mussi, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aceitou na quarta-feira (3) um pedido da coligação PSL-PTC-PATRI e vetou o candidato ao governo do Paraná Ogier Buchi (PSL) de participar de qualquer ato de campanha. A decisão pode mudar a apuração no próximo domingo (7). Os votos que Buchi obtiver terão sua validade condicionada ao deferimento do registro de candidatura. Se a discussão ainda estiver nos tribunais, a apuração deve contabilizar os votos computados a Buchi como inválidos, o que pode facilitar a existência de eleição em turno único, por exemplo. Todavia, se o candidato reverter a decisão local em Brasília, os votos terão que ser contabilizados como válidos e, na soma, o resultado final pode mudar para segundo turno. A defesa de Buchi pretendia recorrer, mas não houve desfecho até o fechamento desta edição.